

QUADRO 1. - Preços Reais de Garantia de Compra de Café Tipo 6, Instituto Brasileiro do Café, 1970-80⁽¹⁾

(em Cr\$/sc.60kg)

Ano	Preço real de garantia
1970	681,02
1971	721,74
1972	773,21
1973	827,81
1974	786,08
1975	1.074,94
1976	1.159,06
1977	1.450,00
1978	1.712,33
1979	1.350,51
1980	1.185,19

(1) Preços nominais deflacionados pelo Índice Geral de Preços, col. 2 da FVG, base 1977.

Fonte: Dados básicos do Anuário Estatístico do Café, 1977 e 1980/81.

da produção, os aumentos nos preços de garantia foram se reduzindo.

O consumo interno de café foi incentivado nos anos de dificuldades de exportação e desestimulado nos anos em que se precisava assegurar o abastecimento externo, comportando-se como um mercado residual.

Dentro da ampla literatura ligada ao tema, não há grande número de trabalhos que tratam especificamente do consumo interno de café no período recente. A maior parte dos estudos existentes aborda a política cafeeira e/ou a tentativa de encontrar a fórmula "ideal" de compatibilizar dois objetivos considerados conflitantes: maximização da receita de divisas "versus" manutenção do "share" no mercado internacional.

Outros pesquisadores se dedicaram à análise da produção de café, como GUARNIERI (14) que estudou alguns aspectos do planejamento na cafeicultura e MATSUNAGA (19) que abordou aspectos da tecnologia na produção de café.

O objetivo desse trabalho é analisar o consumo interno de café, mais especificamente:

- descrever a evolução do consumo interno de café;
- determinar uma função de demanda para o café no Brasil;
- estimar a sensibilidade da demanda de café às variações de

preços bem como das políticas destinadas ao setor.

2 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO INTERNO DE CAFÉ

Uma das conseqüências da política valorizacionista do café, dos anos 50, foi a elevação da produção a níveis indesejáveis, exigindo substanciais recursos do Governo, para a compra e manutenção dos excedentes de produção, o que imprimia um fator expansivo sobre os meios de pagamento.

Para não se repetirem as grandes queimas de café praticadas na década de 30, iniciou-se, em fins de 1958, através da resolução 126 do Instituto Brasileiro do Café (IBC), a "Campanha de Aumento do Consumo Interno de Café", dando desconto especial às torrefações e moagens paulistas, na compra de café cru⁽³⁾.

Essa campanha tinha, entre outros objetivos, os de incrementar o consumo brasileiro de café, dar vazão aos volumosos excedentes de safras em mãos do Governo, possibilitar ao consumidor preços reduzidos e melhorar a qualidade consumida.

Ao IBC, foi atribuído o monopólio do fornecimento de café às indústrias de torrefação e moagem, de forma que essas tivessem uma cota de matéria-prima a preço altamente inferior ao praticado no mercado. Os preços de venda, no atacado e no varejo, do café torrado e moído - café regular - eram controlados pelo Governo, através de tabelamento.

⁽³⁾ De 1932 a 1940 foram queimadas cerca de 80 milhões de sacas de cafés dos estoques oficiais brasileiros.